

## REFLEXÃO SOBRE A RELEVÂNCIA DE PROGRAMAS DE APOIO EDUCACIONAL E SOCIAL NOS PROCESSOS DE DESFAVELAMENTO EM RIBEIRÃO PRETO

WILSON MAIA DOS SANTOS<sup>3</sup>

VICTOR VINICIUS BIAZON<sup>4</sup>

### RESUMO

É possível considerar favela como sinônimo do padrão de habitações improvisadas, sem infraestrutura. Tendo em vista essa temática, este trabalho procurou ater-se à questão do desfavelamento com a necessidade de se atrelar ao processo medidas educacionais e sociais. Trazendo como objetivo geral refletir sobre a necessidade de programas de apoio educacional e social nos processos de desfavelamento de Ribeirão Preto - SP. Por meio de pesquisa descritiva, de natureza qualitativa onde foram entrevistados os poderes executivo e legislativo, e famílias locais. Conclui-se que as famílias em processo de mudança de espaços geográficos também necessitam de mudança de mentalidade, de apoio governamental e de uma infraestrutura adequada para que se ajustem à nova realidade e tenham condições de se desenvolverem nos novos ambientes, sem o desejo ou a necessidade de voltarem a viver nos antigos contextos de favela.

**Palavras-chave:** favela, desfavelamento, programas, mudança, famílias.

---

<sup>3</sup> Graduado em Teologia; Especialista em Introdução e Teologia do Antigo Testamento, especialista em Gestão Pública

<sup>4</sup> Doutorando em Comunicação Social -UMESP. Mestre em Administração- FPL. Professor e coordenador de curso universitário presencial e EAD

## REFLECTION ON THE RELEVANCE OF EDUCATIONAL AND SOCIAL SUPPORT PROGRAMS IN THE DISBURSEMENT PROCESSES IN RIBEIRÃO PRETO

### ABSTRACT

It is possible to consider favela as synonymous with the pattern of improvised houses, without infrastructure. In view of this theme, this work sought to address the issue of unfavorability with the need to link educational and social measures to the process. Bringing as a general objective to reflect on the need for educational and social support programs in the process of deforestation in Ribeirão Preto - SP. Through a descriptive research, of qualitative nature where the executive and legislative powers and local families were interviewed. It is concluded that families in the process of changing geographical spaces also need a change of mentality, government support and adequate infrastructure to adjust to the new reality and be able to develop in new environments without the desire or need to return to live in the old favela contexts.

**Key words:** favela, unfoldment, programs, change, families.

## INTRODUÇÃO

Os programas habitacionais desenvolvidos no Brasil possuem a proposta de melhorar a vida de muitas famílias, até então sujeitas a condições de abandono ou exclusão social. Conforme dados de pesquisa junto ao Poder Executivo do Município de Ribeirão Preto, desde 2009 foram removidos 14 núcleos de favelas, sendo entregue um total de 1.793 unidades habitacionais no programa municipal de desfavelamento, onde mais de 9 mil pessoas foram retiradas de área de risco<sup>5</sup>. Trata-se de um grande avanço do ponto de vista social, tendo em vista os dados disponíveis em 2000. A necessidade habitacional da cidade demandava atender a 15.286 domicílios fora dos assentamentos precários, estando distribuídos entre domicílios improvisados (315), domicílios rústicos (358), cômodos (996), famílias com até 3 salários mínimos que pagam aluguel (6.347), e famílias conviventes (7.270) - (PLHIS, p. 10, 2010). A estimativa de demanda demográfica prioritária entre 2010 a 2023 (até 5 salários mínimos) seria de 27.079 domicílios, sendo distribuídos assim: mais de 3 a 5 salários mínimos (9.895), mais de 1 a 3 salários mínimos (11.507), até 1 salário mínimo (3.100), e sem rendimentos (2.575) – (Ibidem)<sup>6</sup>.

Esses dados são apenas para apresentar um pouco do grande desafio que há pela frente, indicando paralelamente os territórios já alcançados através dos processos de desfavelamento executados com êxito.

Para Fernandes (2004), coordenadora da pesquisa que analisou os processos de urbanização na Cidade de Ribeirão Preto, pesquisar sobre a realidade daqueles que vivem em regiões de grande carência, produz sentimentos e pensamentos inimagináveis, tais como:

Linguagem alguma será capaz de registrar com precisão, nos limites da palavra, a tonalidade da voz, a expressão do rosto, a postura do corpo – ombros caídos, cabeça cabisbaixa, ou seja, o “indizível” que cercou,

<sup>5</sup> Dados de pesquisa junto ao Poder Executivo do Município, 2013.

<sup>6</sup> Ibidem

por exemplo, o depoimento do Sr. José Salvador dos Santos, migrante nordestino, original de Candeias-BA. Obrigado a deslocamentos constantes em busca da sobrevivência, percorreu a várias cidades, regiões e, finalmente, acabou se fixando em Ribeirão Preto, no Jardim Progresso. “A vida da gente é como de formiga. A formiga não tem lugar; corre cá e lá. É a mesma coisa da gente. Se aqui não dá certo, a gente vai para outro canto.” (FERNANDES; Et Al., 2004, p. 21)

Todavia, tais avanços podem não ser suficientes. Muitas pessoas mudam de endereço, mas não necessariamente de mentalidade. Passam a ocupar novas casas nas quais idealizam um novo estilo de vida, até se depararem com os velhos fantasmas sociais de sempre. As mesmas causas base das condições sociais em que viveram nos anos anteriores, a saber: analfabetismo, desemprego, desestrutura familiar, falta de orientação financeira, drogas e álcool, violência doméstica, dentre outras. Diante disso é possível questionar se as autoridades competentes estão conscientes de que políticas habitacionais sem educação e integração social não são suficientes para a estabilidade familiar sustentável. Trazendo então a questão norteadora do presente artigo: qual a necessidade de programas de apoio educacional e social nos processos de desfavelamento de Ribeirão Preto - SP. ?

Acredita-se na relevância deste trabalho na medida em que através da pesquisa se possa descobrir a melhor forma de promover iniciativas que estejam atreladas aos processos de desfavelamento no município de Ribeirão Preto, interior do Estado de São Paulo, agregadas às disciplinas de educação e integração social. Medidas que não apenas façam com que as pessoas mudem de espaço geográfico, mas acima de tudo, sejam conduzidas pelo caminho da transformação na maneira de pensar e de conduzir a vida a partir de então, tornando-se pessoas autônomas e capazes de participarem das ações de crescimento e desenvolvimento da nação brasileira.

O objetivo geral deste artigo é refletir sobre a necessidade de programas de apoio educacional e social nos processos de desfavelamento de Ribeirão Preto - SP. E para alcançar este, apresentam-se ainda objetivos específicos como identificar as

áreas familiares mais problemáticas, onde as disciplinas educacionais e sociais se fazem mais necessárias; avaliar se as políticas públicas da atualidade manifestam essa preocupação; e apresentar modelos de propostas concretas que possam ser perfeitamente aplicáveis pelos órgãos governamentais nas áreas de habitação, educação e integração social em benefício da população mais carente.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 – A FAVELA NO CONTEXTO BRASILEIRO

A palavra favela no sentido de moradia ou lugar de estabelecimento surgiu no período histórico da Guerra de Canudos. A cidadela de Canudos, segundo Mattos (2004)<sup>7</sup> foi construída nas proximidades de morros, dentre os quais, o Morro da Favela, no Rio de Janeiro, que tinha esse nome derivado da planta *Cnidocolus quercifolius* (popularmente chamada de favela), presente abundantemente na região. Aos soldados que vieram da guerra foi dado o direito de se instalarem nos lugares altos de baixo valor comercial onde levantaram construções provisórias para habitarem. Mais tarde, o nome favela passou a ser sinônimo do padrão de habitações improvisadas, sem infraestrutura.

O censo de 2010<sup>8</sup> indica que o Brasil conta com 11.425.644 pessoas vivendo em aglomerados subnormais, entre favelas, invasões e comunidades. A carência é a marca principal dessas regiões, que na sua grande maioria, são caracterizadas pela inadequação dos serviços públicos de saneamento básico (água, esgoto, energia elétrica, etc.).

É muito importante aqui enfatizar que não seria prudente analisar o problema apenas considerando indivíduos isolados residindo em condições precárias. Acima de

---

<sup>7</sup> Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/aldeias-do-mal>> Acessado em 25 abr. 2012

tudo faz-se necessário enxergá-los no contexto de família. Vê-los sob a perspectiva da estrutura familiar ajudará na tomada de decisões que efetivamente possa mudar a realidade da sociedade.

A ideia de considerar a família como foco da intervenção social é, na conjuntura presente, mais uma vez enfatizada dada sua capacidade de reproduzir valores e práticas sociais de modo mais efetivo do que com indivíduos tomados isoladamente (CAMPOS & GARCIA, 2007).

Tabela 1: distribuição das onze maiores favelas do Brasil

	<b>Nome</b>	<b>Estado</b>	<b>População</b>
1º	Rocinha	RJ	69.161
2º	Sol Nascente	DF	56.483
3º	Rio das Pedras	RJ	54.793
4º	Coroadinho	MA	53.945
5º	Baixadas da Estrada Nova Jurunas	PA	53.129
6º	Casa Amarela	PE	53.030
7º	Pirambú	CE	42.878
8º	Paraisópolis	SP	42.826
9º	Cidade de Deus	AM	42.476
10º	Heliópolis	SP	41.118
11º	Assentamento Sideral	PA	39.706

Fonte: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/12/brasil-tem-114-milhoes-morando-em-favelas-e-ocupacoes-diz-ibge.html>

Não se pode considerar o Brasil como um país em ascensão se o grave problema social no quesito habitação não ocupar a prioridade nas discussões políticas.

## 2.2 PROGRAMAS DE APOIO EDUCACIONAL E SOCIAL

Começando pelos programas sociais, toma-se como exemplo o PROGRAMA JOVEM CIDADÃO: MEU PRIMEIRO TRABALHO, do Governo do Estado de São Paulo.

O Programa Jovem Cidadão – Meu Primeiro Trabalho é um programa social do Governo do Estado de São Paulo, instituído pelo Decreto Estadual nº 44.860, de 27 de abril de 2000. Coordenado pela Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho, que em parceria com empresas e entidades sem fins lucrativos, objetiva oferecer a primeira oportunidade de trabalho para jovens, estudantes do ensino médio das escolas do sistema público estadual, com idade entre 16 e 21 anos, dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo (SECRETARIA DO EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO, 2013, online).

O desemprego é um dos grandes vilões da sociedade que habita nas favelas, sendo sua principal causa no meio juvenil a falta de experiência profissional aliada às questões de escolaridade. Jovens integrantes de famílias em condições de vulnerabilidade por conta da baixa renda e pouca instrução por parte dos pais têm sido beneficiados por esse programa. Os seus principais objetivos são: “Geração de renda; formação profissional; vivência das relações que envolvem o mundo do trabalho; agregar novos valores à sua formação; adquirir ou aprimorar conhecimentos; ter responsabilidade em suas ações; diminuir a exposição a riscos sociais e pessoais.” (Ibidem)<sup>9</sup>

Não é necessário dizer o quanto que um programa com essa proposta representa para uma comunidade carente. Jovens ocupados, motivados com a

---

<sup>9</sup> Ibidem

possibilidade de crescimento e que aprendem a trilhar novos caminhos rumo ao desenvolvimento pessoal, certamente terão melhores chances de permanecerem distantes dos riscos das drogas e da criminalidade.

Duas ações podem ser relevantes para o sucesso do programa em maiores dimensões: 1. Estendê-lo a todas as cidades do Estado de São Paulo (hoje apenas nos 39 municípios da região metropolitana de São Paulo); 2. Informar de forma eficaz às famílias que dependem desse benefício. A falta de informação é aliada da miséria, da estagnação e da falta de perspectiva.

Na pesquisa de campo, em algumas das visitas realizadas, contatou-se muitos jovens desempregados e fora da escola. Para os rapazes o risco das drogas era constante, e para as moças, a gravidez fora do casamento. Interessante a perspectiva a seguir:

O termo “*adolescentes em situação de exclusão social*” é ainda mais enganoso, pois o que ocorre não é propriamente uma exclusão, mas sim uma espécie de “inclusão perversa”. O adolescente morador das periferias já consegue chegar aos bancos escolares e ao ensino médio, mas ingressa em uma escola que ainda não teve tempo de se preparar para recebê-lo, que não consegue fechar o portão e deixar a violência do lado de fora. O adolescente tem acesso ao desejo de consumo, via meios de comunicação de massa, sobretudo a televisão; mas, para alcançá-lo rapidamente, enquanto ainda é jovem, o trabalho mais atraente é o envolvimento com o negócio das drogas (SEADE, 2013).

Outra iniciativa digna de nota é o PROGRAMA DE INTERVENÇÃO EM CORTIÇO, do Governo do Estado de São Paulo, que se define da seguinte forma:

As intervenções nos PRIH (*Perímetro de Reabilitação Integrada do Habitat*) são feitas em áreas delimitadas nos bairros centrais, compreendendo um conjunto de quadras com concentração de moradias precárias, onde haverá atuação articulada de produção habitacional, melhoria das condições de cortiços, reabilitação do patrimônio, criação e requalificação de equipamentos e áreas verdes, melhoria e criação de espaços para atividades econômicas. As intervenções no espaço físico serão acompanhadas de programas culturais, de saúde, de educação, de capacitação profissional e de geração de renda (ARAÚJO, et al., p. 37).



Este programa visa trazer um novo aspecto para a região carente, com o diferencial de se acrescentar cultura, saúde, educação, capacitação profissional e geração de renda. Neste caso, as pessoas não são, necessariamente, estimuladas a saírem daquele contexto. O processo de transformação chega a elas no lugar onde estão. Porém, não há transformação real se outros valores não forem enxertados. O que se discute neste trabalho é a importância de programas educacionais e sociais vinculados ao desfavelamento, onde as famílias saem do contexto das favelas e migram para os conjuntos habitacionais ou outras formas de moradia. De uma forma ou outra, seja permanecendo em um cortiço ou saindo de uma favela, é imprescindível que os programas educacionais e sociais estejam sempre presentes, sem os quais nada se transforma. Novas referências precisam ser apresentadas para que as famílias se acostumem a novos padrões e sintam o desejo de crescer e de buscar o desenvolvimento social.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Foi adotado o método de pesquisa de procedimentos, que, segundo Bortolozzi & Bertencello (2012, p. 69), é o método relacionado à maneira específica pela qual o objeto será trabalhado durante o processo de pesquisa. São eles: histórico, estatístico, comparativo, observação, monográfico, econométrico e experimental etc. Procurou-se analisar a realidade de favelas no Município de Ribeirão Preto, auxiliado pelas bibliografias e pesquisas de campo. Os instrumentos metodológicos foram os questionários e as entrevistas.

O tipo de pesquisa escolhido foi a descritiva, que segundo Bortolozzi & Bertencello (2012, p. 51) possui as seguintes características:

(...) os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados sem que o pesquisador interfira neles. Incluem-se aqui a maioria das pesquisas desenvolvidas nas Ciências Humanas e Sociais, as pesquisas de opinião, as mercadológicas, os levantamentos socioeconômicos e psicossociais.

Quanto à natureza, a pesquisa foi de ordem qualitativa.

Esse tipo de pesquisa não dá ênfase à representatividade numérica e sim em buscar explicações para os dados apresentados. Baseados nas considerações retratadas, nós entendemos que fazemos pesquisa quando: realizamos a pesquisa, interpretamos resultados, formulamos perguntas e divulgamos resultados (IBIDEM, 2012, p. 55)

A pesquisa foi feita junto a representantes do Executivo e do Legislativo Municipal, para se observar o conteúdo das políticas públicas voltadas para essa área de pesquisa. Foi-se ao encontro também da população que migrou das favelas para os conjuntos habitacionais, beneficiadas por programas habitacionais do governo na cidade de Ribeirão Preto/SP. Especificamente, foram contatadas pessoas que deixaram de morar nas favelas do Monte Alegre e do Jardim Aeroporto, apenas como referenciais.

Os dados foram obtidos por meio de pesquisa de campo, no qual, segundo Bortolozzi & Bertoncello (2012, p. 56), ocorrem espontaneamente os fenômenos e é desenvolvida principalmente nas Ciências Sociais (Sociologia, Psicologia, Política, Economia, Antropologia). A pesquisa foi realizada por meio de visitas a alguns representantes dos poderes executivo e legislativo, e das visitas às famílias que deixaram de viver nas favelas objeto da pesquisa. A coleta de dados foi feita mediante as informações registradas no questionário semiestruturado dirigido ao público mencionado acima através de entrevistas.

A prefeita foi escolhida para a pesquisa por ser a responsável maior pela administração pública por meio de suas secretarias. Os quatro vereadores: Gláucia Berenice, pela sua formação como assistente social; Cícero Gomes da Silva, por ser o atual presidente da Câmara Municipal; Waldyr Villela, por ser conhecido no meio da população mais carente pelas obras sociais; e, por último, Dr. Jorge Parada, pela sua visão da medicina como possível fator positivo à pesquisa. As famílias foram indicadas pelo Projeto Criação que atende famílias carentes do Conjunto Maria Casa Grande e por grupos religiosos atuantes em zonas de desfavelamento.

#### 4 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO

Ribeirão Preto é uma cidade muito agradável e possui todas as condições para excelente qualidade de vida. Pelo potencial apresentado a seguir, uma boa visão social terá como minorar o sofrimento dos mais necessitados.

Destaca-se aqui o seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que é de 0,855, considerado elevado em relação ao país, sendo o sexto maior do estado. Além disso, Ribeirão Preto possui o 30º maior PIB brasileiro. Tendo em vista esses dados, a busca por uma melhor qualidade de vida para toda a população, de todas as classes, deve ser a prioridade. Melhor qualidade de vida para todos com o objetivo de se fazer verdadeira justiça social.

##### 4.1 ANÁLISE DOS DADOS E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Nesta sessão serão apresentados os dados das entrevistas com representantes desfavelados, com a prefeita Darcy Vera, com os vereadores que estão representados conforme quadro 1:

A Câmara Municipal foi representada pelos seguintes vereadores:

Nome	Perfil:	Motivo da escolha:
GLÁUCIA BERENICE	PSDB, Casada, Assistente Social, natural de Ribeirão Preto/SP.	Devido à sua formação como assistente social.
CÍCERO GOMES DA SILVA	PMDB, casado, professor e advogado, natural Lagoa do Ouro/PE.	Atual presidente da Câmara Municipal.

WALDYR VILLELA	PSD, casado, dentista, natural de Guará/SP.	Conhecido no meio da população mais carente pelas obras sociais.
Dr. JORGE PARADA	PT, casado, médico, natural Santa Cruz de La Serra/SP.	Sua visão da medicina no contexto social poderia contribuir com a pesquisa.

Quadro 1: Representantes do poder Legislativo de Ribeirão Preto.

Fonte: dados de pesquisa

#### 4.1.1 RESULTADO DA ENTREVISTA COM A PREFEITURA

Com relação às ações concretas em andamento mais relevantes quanto ao desfavelamento no Município de Ribeirão Preto a prefeita citada diz que há um trabalho árduo neste sentido e que entre as principais ações estão a remoção de famílias de áreas de risco e a urbanização de favelas; e que desde 2009 já foram removidos 14 núcleos de favelas, sendo entregue um total de 1.793 unidades habitacionais no programa municipal de desfavelamento e mais de 9 mil pessoas foram retiradas de área de risco.

TOTAL DE FAVELAS ERRADICADAS: 14 Núcleos foram removidos, são eles:

- Favela do Monte Alegre onde parte foi retirada e parte urbanizada;
- Favela Adamantina, no do Jd. Aeroporto
- Favela Itápolis, no do Jd. Aeroporto
- Parte da Favela Da Mata, no do Jd. Aeroporto;
- Favela Faiani, em Bonfim Paulista;
- Favela do Brejo;
- Favela da Vila Elisa;
- Favela da Vila Zanetti.

- Favela da Lagoa
- Movimento Livre
- Favela da Cidade da Criança
- Campo do Cruzeiro
- Favela Ciretram
- Movimento Popular

As famílias foram transferidas para as novas moradias nos bairros: Complexo Paiva; Paulo Gomes Romeo; Jardim Wilson Toni; Jardim América, no Ipiranga; Vila Faiani, em Bonfim Paulista; Condomínio Itajubá, no Ipiranga; Condomínio Palmiro Bim, no Maria Casa Grande. A prefeita diz que neste total estão os empreendimentos pelo Programa Minha Casa Minha Vida, CDHU e desfavelamento.

Além da urbanização da favela do Monte Alegre, foram removidas 102 famílias que ocupavam área de risco, para casas do conjunto habitacional no Complexo Paiva. Permaneceram no local 300 famílias com toda infraestrutura necessária. O projeto beneficiou mais de 1600 pessoas.

Com relação à infraestrutura implantada nos bairros para atender as famílias que foram transferidas, a prefeita diz ainda que para garantir saneamento básico às famílias que permaneceram no local foram implantados:

- 3 km rede de água
- 2,4 km de rede de esgoto
- Cerca de 2 km de guias e sarjetas
- 5 mil metros quadrados de asfalto
- 6 mil metros quadrados de calçadas de concreto, além da abertura de cerca de 10 ruas.
- A ação foi realizada em parceria da COHAB, Secretaria dos Negócios Jurídicos, Câmara de Vereadores e Poder Judiciário.

Quanto às medidas educacionais em relação às famílias que estão migrando das favelas para os conjuntos residenciais, a prefeita cita alguns feitos como:

- Duas equipes técnicas, juntamente com a Secretaria Estadual de Educação, fizeram Levantamento e Redistribuição das vagas.
- As mães dos alunos foram encaminhadas às escolas para efetuar as matrículas.
- Todas as crianças e adolescentes estão sendo atendidos nas Escolas Municipal e Estadual.
- A Prefeitura entregou à população a Escola Municipal de Educação Infantil Quintino Vieira com 500 vagas.
- Estamos construindo a CEI/EMEI - Carmem Aparecida Ramos, no Jardim Paiva; com mais 500 vagas.
- Vamos construir, nos próximos anos, mais duas Escolas de Educação Infantil, nos bairros: Wilson Toni e Paulo Gomes Romeu. Serão mais 400 vagas para crianças de 6 meses a 5 anos.

Já com relação às medidas sociais agregadas aos processos de desfavelamento em favor da melhor qualidade de vida dessas famílias cita-se:

- O Atendimento dessas famílias está sendo realizado pelo Programa de Saúde Básica - PSB do Paulo Gomes Romeu, na Rua Antônio Teixeira de Azevedo, 790. – Fone 3630-2385 – Assistentes Social Responsáveis: Ursolina, Aline e Lucimar.
- Também é oferecido atendimento no CRAS 4 Rua: Florinda Bordizan Sampaio, 300 José Sampaio Fone: 3975-3418.
- As atividades estão divididas em duas Frentes: Habitação e Proteção Básica.
- Todas as famílias são assistidas pela Secretaria de Assistência Social.
- Periodicamente encaminhamos o Ônibus “É Pra Já”, programa itinerante que percorre os bairros da cidade levando diversos serviços municipais para o bairro Jardim Paulo Gomes Romeu. Além dos serviços disponibilizados, a equipe realiza também inscrições para o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC.

- A prefeitura, por intermédio de convênio com o Ministério das Cidades, irá construir uma Cozinha Piloto e um CRAS, no Paulo Gomes Romeo, para prestar atendimento à comunidade.
- Foram ampliados os horários de linhas de ônibus - intervalos de 30 minutos. Implantamos mais uma linha: 606 - Paulo Gomes Romeo. Foram ampliados os horários das linhas que passam na Avenida Renê Strang. 506- Jardim Paiva e 370 - Jardim Jamil Cury.

No que tange a saúde foi reforçada a equipe de profissionais da UBS (*Unidade Básica de Saúde*) do Jardim Paiva; periodicamente o Dr. Móvel, equipamento itinerante da Secretaria da Saúde de Ribeirão Preto, realiza atendimento na região. Está sendo construída uma UBS no bairro Jamil Cury e uma nova no bairro Paulo Gomes Romeo

Algumas reflexões sobre os dados fornecidos pela prefeitura se fazem necessárias. Percebe-se empenho no programa de desfavelamento citado, constatado não apenas pelos dados acima, como pelos verificados na prática. A principal observação, no entanto, diz respeito ao termo “erradicação”. As favelas estão sendo realmente erradicadas? Eis um dos pontos a se abordar. Muitas famílias recebem o benefício de uma nova moradia, mas causas diversas as fazem retornar ao velho habitat, estruturando novas favelas ou a mesma de origem. Como uma das causas para esse retorno, verifica-se a dificuldade que alguns encontram para bancar o custo de vida na nova realidade. Agora eles precisam pagar as contas de água, luz e prestação da casa própria, por exemplo, compromissos que não tinham antes. O fator desemprego também é um dos principais vilões que milita contra o desenvolvimento da família pobre, fomentado pela falta de estudo e de capacitação profissional. Por falta de acompanhamento mais aproximado por parte do poder público, aliado à velha estrutura de raciocínio, algumas famílias voltam ao contexto de favela por acharem que ali elas eram melhor assistidas pelos programas sociais. Vendem suas novas casas ou as alugam, e voltam à velha vida. Por isso, para se erradicar favelas, faz-se necessário erradicar as causas que as edificam e as

sustentam desde suas mais tenras origens. O poder público deve envidar todos os esforços para continuar tirando as famílias das favelas e oferecendo-lhes melhor condição de vida. Consciente, porém, de que se a favela não for “erradicada” da mentalidade, essas mesmas famílias poderão voltar ao estado original.

#### 4.1.2 RESULTADO DA ENTREVISTA COM A CÂMARA DE VEREADORES

Perguntou-se aos 4 vereadores acerca de quais seriam as leis municipais ou projetos de lei em andamento que tenham como objetivo favorecer as famílias que se encontram na condição de extrema pobreza.

A Vereadora Gláucia Berenice contribuiu, informando:

“da fixação de percentual de 5% do orçamento municipal para política de assistência social; da criação do Fundo Municipal do Idoso para ampliar os serviços para pessoa idosa; da reativação do COMAD - Conselho Municipal Sobre Álcool e Drogas; do convênio com o SENAD - implantação de Casa de Acolhimento Transitório para crianças e adolescentes dependentes químicos e 40 vagas para internação de comunidades terapêuticas; da implantação do serviço social e psicologia nas escolas municipais; da inclusão das cooperativas de catadores na Política Municipal de Resíduos Sólidos; e da inclusão no calendário oficial da semana de alerta à Síndrome Fetal do Álcool.”

O Vereador Cícero Gomes apresentou as leis já vigentes:

“a Lei Municipal: 9.864 de 29/08/2003 – Autoriza crédito suplementar à Sociedade Amiga dos Pobres, visando o atendimento dos programas assistenciais, executados em parceria com a Secretaria Municipal da Cidadania e Desenvolvimento Social.” (Leis Municipais, lei 9864)<sup>10</sup>. A Lei Municipal: 9.940 de 10/11/2003 – “Autoriza a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto a receber repasse financeiro da União, por intermédio da Secretaria de Planejamento Estratégico e de Apoio à gestão do fundo de combate à erradicação da pobreza, objetivando a

<sup>10</sup> Disponível em < <http://leismunicipais.com.br/a/sp/r/ribeirao-preto/lei-ordinaria/2003/986/9864/lei-ordinaria-n-9864-2003-autoriza-credito-suplementar-a-sociedade-amiga-dos-pobres-visando-o-atendimento-dos-programas-assistenciais-executados-em-parceria-com-a-secretaria-municipal-da-cidadania-e-desenvolvimento-social-2003-08-29.html?wordkeytxt=9864>> Acessado em 03 Jun. 2013



instalação do banco de alimentos e colheita urbana de Ribeirão Preto para aquisição de equipamentos e materiais de consumo.” (Ibidem, lei 9940)<sup>11</sup>

O Vereador Dr. Jorge Parada apresentou a Lei nº 7.188:

“em nível municipal temos apenas a Lei n. 7.188, de 23/10/1995, de autoria da Vereadora Joana Leal Garcia - PT, e implementada pelo então Prefeito Antônio Palocci Filho - PT através do Decreto n. 283, de 20/12/1995, tendo atendido milhares de famílias em nosso município em situação de risco social. A referida lei “institui o Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima para famílias com filhos em situação de risco.” (Ibidem, lei 7188)<sup>12</sup>.

Os vereadores Gláucia, Cícero e Jorge Parada demonstraram possuir conhecimentos importantes acerca das leis que favorecem aos que vivem em extrema pobreza. A primeira, apresentando projetos específicos, demonstrou estar mais familiarizada com a aplicação prática de medidas que podem afetar a vida dos que estão em zona de risco e de pobreza. O conhecimento das leis demonstrado pelos vereadores Cícero e Jorge Parada, pode leva-los a contribuir de forma importante com a população mais carente, se houver de forma consciente e disciplinada a devida aplicação das referidas leis.

A segunda pergunta indaga acerca de qual seria a escala de prioridade que ocupa a temática relacionada à pobreza, diante da destinação de verbas e planejamento orçamentário na Câmara Municipal.

<sup>11</sup> Disponível em < <http://www.leismunicipais.com.br/a/sp/r/ribeirao-preto/lei-ordinaria/2003/994/9940/lei-ordinaria-n-9940-2003-autoriza-a-prefeitura-municipal-de-ribeirao-preto-a-receber-repasse-financeiro-da-uniao-por-intermedio-da-secretaria-de-planejamento-estrategico-e-de-apoio-a-gestao-do-fundo-de-combate-e-erradicacao-da-pobreza-objetivando-a-instalacao-do-banco-de-alimentos-e-colheita-urbana-de-ribeirao-preto-para-aquisicao-de-equipamentos-e-materiais-de-consumo-2003-11-10.html>> Acessado em 27 abr. 2013

<sup>12</sup> Disponível em < <http://leismunicipais.com.br/a/sp/r/ribeirao-preto/lei-ordinaria/1995/718/7188/lei-ordinaria-n-7188-1995-institui-o-programa-de-garantia-de-renda-familiar-minima-para-familias-com-filhos-em-situacao-de-risco-2005-02-04.html?wordkeytxt=7188>> Acessado em 03 Jun. 2013

A Vereadora Gláucia, aponta, em sua opinião, uma falha do poder público em priorizar a demanda em favor dos menos favorecidos.

Nos últimos anos o percentual de investimento em políticas sociais tem decrescido no município notadamente, na Assistência social que passou de 3,87% para 3,43%, e as secretarias de Esporte e a de Cultura, com menos de 1% cada uma, sendo que a cidade está perdendo o título de cidade Amiga da Criança, por não cumprir os compromissos com a infância e juventude.

O Vereador Cícero Gomes afirma que:

O combate à pobreza e a construção de uma sociedade mais justa para todos os ribeirões-pretanos é prioridade fundamental nesta Casa Legislativa. Visando este objetivo, os vereadores apresentam proposições, emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei Orçamentária Anual, buscando priorizar o atendimento das necessidades da população mais carente do nosso Município.

Analisando as respostas à segunda pergunta, denota-se objetividade em apenas 2 dos 4 parlamentares. A Vereadora Gláucia Berenice apontou as falhas do poder público que, a seu ver, está deixando de priorizar este tema, o que vem acarretando prejuízos à população e à própria administração, quando se começa a perder títulos importantes. Sabe-se, no entanto, que se a crítica se dirige ao Poder Executivo, é função do Poder Legislativo fiscalizar e fazer cumprir o que se está determinado. Se a observação, contudo, aponta para possíveis falhas junto ao próprio Poder Legislativo, novos posicionamentos se fazem necessários com urgência por parte de todos os vereadores para correção de rota. Os interesses partidários precisam dar lugar aos interesses da população, especialmente da que mais sofre. O Vereador Cícero Gomes, a despeito de não ser da competência do Legislativo fazer destinação de verbas e planejamento orçamentário, contribuiu de forma positiva, informando de que forma que a Câmara Municipal trabalha com o que chega às mãos, sendo essa por meio de proposições e emendas. É necessário apenas verificar na prática se os devidos Projetos de Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária

Anual, com suas respectivas proposições e emendas, estão de fato melhorando a qualidade de vida do pobre e permitindo o seu desenvolvimento social.

A terceira e última pergunta inquiriu acerca de quais seriam as ações concretas do poder público para viabilizar os programas educacionais e sociais que favoreçam o desfavelamento e o ingresso das famílias em nova condição social.

Segundo a Vereadora Gláucia:

As ações de desfavelamento estão acontecendo em cumprimento a decisões judiciais, para retirada de núcleos irregulares das áreas de preservação ambiental e verdes, e não estão de acordo com o PLHIS (*Plano Local de Habitação de Interesse Local*). São ações pontuais, desconexas, pois não são utilizados os instrumentos urbanísticos recomendados pelo Estatuto da Cidade. Como não há uma política municipal de habitação de interesse social, portanto, não há planejamento estratégico, nem um plano de intervenção pré e pós- ocupação/remoção, resultando em diversos transtornos para a população atendida pelos programas executados. Por exemplo, falta de infraestrutura mínima: escolas, postos de saúde, ônibus, áreas de lazer, dentre outros. Desde 2009, não há destinação de recursos para a habitação no Orçamento Municipal, sendo utilizados recursos federais e estaduais. Nas áreas de alta vulnerabilidade há ausência do poder público, não disponibilizando equipamentos sociais e programas de enfrentamento às desigualdades sociais, com projetos pedagógicos e socioeducativos diferenciados que visem o empoderamento das pessoas.

O Vereador Cícero Gomes importou dados da Secretaria Municipal da Assistência Social e da Educação para fornecer os seguintes dados:

(...) após a indicação de intervenção no assentamento precário, a Equipe da Habitação Social da SEMAS (Secretaria Municipal de Assistência Social), implementa o trabalho social: Pré Ocupação - Arrolamento, identificação, cadastramento e mapeamento da área e seus moradores, além da identificação, a equipe passa a exercer o controle social, evitando a expansão e novos moradores (...). Pós Ocupação - Desenvolvemos trabalho social durante 9 meses, através dos eixos: Convivência, Orçamento Familiar, Administração de Condomínios, Meio Ambiente, Educação Sanitária, Educação Patrimonial, Convivência Familiar, Geração de Renda e Capacitação Profissional; Articulação com a rede socioassistencial do território visando a sustentabilidade do empreendimento.

A resposta do vereador Cícero Gomes, apresentando o programa da Secretaria da Educação, em parceria com a Assistência Social e Habitação, reflete melhor o que se busca verificar neste trabalho. Segundo os dados, o desfavelamento acontece em meio a um programa que envolve o antes e o depois. O trabalho realizado no que chamam de pré-ocupação e pós-ocupação, corresponde, em partes, às expectativas voltadas à necessidade de programas educacionais e sociais nos processos de desfavelamento. Destacando o controle social como parte da pré-ocupação, que visa impedir a expansão ou ocupação de novos moradores nas regiões a serem desocupadas. O contato direto com as famílias para a regularização dos documentos e a preparação dos moradores para a nova moradia, são primordiais. Acerca da pós-ocupação, destaca-se a importância do trabalho social dentro do período de 9 meses, através dos eixos acima citados. Foi dito que o programa em questão corresponde apenas em partes à expectativa, pois todo programa precisa de uma supervisão contínua, além de posturas firmes contra qualquer outra demanda que apareça pelo caminho. Como proposta de programa, ele é excelente. Somente questiona-se sua implantação e aplicação prática em todas as comunidades relacionadas neste trabalho, principalmente levando-se em consideração as observações feitas pela Vereadora Gláucia Berenice. Observa-se também a necessidade de um olhar mais focado nas comunidades que saíram das favelas em anos anteriores aos da implantação do referido programa.

Os vereadores que mais contribuíram provendo informações à pesquisa foram Gláucia Berenice e Cícero Gomes.

Todas as perguntas feitas ao Vereador Waldyr Villela não foram respondidas. Em todos os casos ele sugeriu que a pesquisa fosse feita junto aos respectivos departamentos da Câmara Municipal ou da Prefeitura. A mesma postura foi adotada pelo vereador Dr. Jorge Parada a partir da segunda pergunta, embora este tenha demonstrado interesse real em ajudar na obtenção das respostas.

#### 4.1.3 RESULTADO DA ENTREVISTA COM A POPULAÇÃO CARENTE

Nesta sessão a população carente será representada por 7 famílias vindas das favelas do Monte Alegre e do Jardim Aeroporto conforme quadro 2:

A população carente foi representada pelas seguintes famílias

1ª - Maria Aparecida Rodrigues, 57 anos, mora com o neto no Conjunto Maria Casa Grande, é solteira, aposentada (beneficiária do INSS) e morou 5 anos na Favela do Monte Alegre e há 20 saiu de lá. O maior benefício de ter saído da favela foi conseguir criar os filhos longe do perigo das drogas e da violência. Teve melhores condições de oferecer boa educação para os filhos. Maria acredita que muitas famílias se utilizam do Programa Bolsa Família para fins indevidos. Outras que saem da favela voltam depois, vendendo ou alugando seus imóveis. Nela, as famílias não pagam contas de luz e água, além de serem alvo constante dos programas sociais que buscam atender moradores em favelas. Observa também a grande quantidade de casais com muitos filhos, sem planejamento familiar.

2ª - Marta Regina Gomes, 45 anos, mora com uma filha e o netinho no Conjunto Maria Casa Grande, é divorciada, trabalha como Gari, morou 20 anos na Favela do Monte Alegre e há 25 saiu de lá. Os maiores benefícios de ter saído da favela foram o de ter conseguido adquirir e quitar sua casa própria, além de distanciar sua família do contexto de violência, onde seu próprio irmão foi assassinado.

3ª - Tatiane Vilela da Silva, 33 anos, mora com o esposo e três filhos no Conjunto Maria Casa Grande, morou 7 anos na Favela do Monte Alegre e há 19 saiu de lá. O maior benefício disso foi o de ter maior facilidade de se conseguir trabalho, de uma vez que falar que era moradora em favela trazia-lhe prejuízo na hora da entrevista de emprego. Ela não vê mudanças quanto ao perigo das drogas.

4ª - Tatiane Aparecida Santos Cavalline, 22 anos, solteira, mora com o companheiro e uma filha no Conjunto Maria Casa Grande, e está desempregada. Morou 4 anos apenas na Favela do Monte Alegre. Não vê o poder público envolvido na tentativa de mudanças do seu contexto atual, e por isso, não possui expectativas de melhoras nesse quadro.

5ª - Lucimar Juliano, 42 anos, divorciada, trabalha na área de limpeza. Mora com os quatro filhos e dois netos no Conjunto Maria Casa Grande. Morou 7 anos na Favela do Monte Alegre e há 21 saiu de lá. O maior benefício de ter saído da favela foi adquirir dignidade. Possui a mesma opinião quanto à discriminação de se morar em favela e quanto ao perigo permanente das drogas, que a entrevistada anterior, tendo inclusive, um filho dependente químico. Considera importante o retorno de núcleos de apoio à comunidade, onde se trabalhe o comportamento e temas como: gravidez na adolescência, o perigo das drogas, orçamento doméstico, etc.

6ª – Liliane Oliveira de Souza, 19 anos, solteira, desempregada, mora no Jd. Dr. Paulo Gomes Romeo. Morou 10 anos na Favela do Jd. Aeroporto e há 1 ano saiu de lá. O maior benefício de ter saído da favela foi o de ter uma casa com laje e um quarto para a filha. Acredita que o poder público não tem usado de prudência na contenção da violência através da polícia militar. Também acha que muitas famílias podem voltar a viver em favelas, vendendo suas casas, caso não consigam emprego.

7ª – Tatiane Maria Oliveira de Souza, 23 anos, solteira, está empregada e mora no Jd. Dr. Paulo Gomes Romeo. Morou 11 anos na favela e está fora dela há 7 meses. O maior benefício de ter saído de lá foi ter sua própria casa em definitivo. Em sua opinião o governo contribuiu com a população mais carente instituindo em sua região o PAT (Programa de Atendimento ao Trabalhador), o que muito lhe ajudou na conquista de um novo emprego.

Quadro 2: Representantes da população carente, vindas das favelas do Monte Alegre e do Jd. Aeroporto.

Fonte: Dados de pesquisa

Quanto aos desafios apontados na área da educação, cita-se em suma a qualidade das escolas municipais, a falta de creches, a necessidade de preparação para atender crianças especiais. Na área do trabalho, cita-se o desemprego e a dificuldade de se ascender profissionalmente pela falta de estudo, como os maiores desafios.

Quanto à saúde, observa-se a deficiência no atendimento por falta de médicos nos Postos de Saúde e a demora nos agendamentos para consulta. No transporte, cita-se a região bem servida de ônibus, mas com atrasos constantes e superlotação.

A maioria apontou deficiência na segurança do bairro, considerado violento e de precário monitoramento policial.

Acerca do orçamento doméstico, ele é prejudicado em alguns casos devido ao desemprego, à presença de agregados na casa e prejuízos relacionados aos serviços públicos de água e esgoto. Nas casas em que os dois trabalham o orçamento está equilibrado.

Sobre o relacionamento familiar, percebeu-se tensão nos casos em que algum integrante é dependente químico ou portador de necessidades especiais, demandando-se maior atenção e energia por parte dos familiares.

Quanto à ameaça das drogas/álcool e violência doméstica, essa área demonstrou ser a mais desafiadora. Algumas famílias sofrem com integrantes dependentes químicos, com a violência doméstica oriunda de seus cônjuges e filhos, e ambiente hostil quanto a todos esses fatores, incluindo o aliciamento de crianças.

Em todos os casos entrevistados, sair da favela foi um grande benefício. Adquirir a casa própria e conseguir criar os filhos mais distantes do perigo constante das drogas e da violência, sem dúvida, representou grande conquista. Também verificamos que o rótulo “favelado” se apresenta como grande impeditivo à conquista de empregos e desenvolvimento profissional, o que se constituiu também em fator de mudança para melhor. No entanto, a violência e o perigo das drogas não foram definitivamente afastados pela simples migração de um lugar para o outro. O retorno às favelas mesmo depois de terem conseguido casa própria, revela a necessidade de se trabalhar em duas vertentes: uma em relação ao poder público e outra em relação à população. Poder Público: viabilizar melhores condições de trabalho e de oferta de emprego; implantar, supervisionar

e ampliar tudo o que a Secretaria da Educação, da Ação Social e da Habitação, determinaram fazer dentro do Programa de Desfavelamento citado neste trabalho, com todas as abordagens nas áreas de convivência, orçamento familiar, administração de condomínios, meio ambiente, educação sanitária, educação patrimonial, convivência familiar, geração de renda e capacitação profissional; e promover a infraestrutura adequada aos novos ambientes habitacionais. População: uma vez recebido o apoio necessário por parte do poder público, manter o firme propósito de realmente mudar de vida, aceitando os desafios e as demandas de uma nova configuração em novos ambientes sociais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Respondendo ao objetivo geral deste artigo, foi possível constatar a necessidade de programas de apoio educacional e social nos processos de desfavelamento de Ribeirão Preto - SP. A evidência dessa necessidade demonstrase no regresso de muitas famílias aos contextos de favela, mesmo havendo já adquirido suas próprias casas; enquanto outras, mesmo não regressando, levam consigo os velhos padrões oriundos de: educação deficitária, ausência de infraestrutura adequada e de melhores condições para o crescimento e desenvolvimento social.

Quanto à proposta de se identificar as áreas familiares mais problemáticas, onde as disciplinas educacionais e sociais se fazem mais necessárias, verificou-se que a maioria dos setores pesquisados, a saber: educação, trabalho, saúde, transporte, segurança, orçamento doméstico, relacionamento familiar e ameaça das drogas/álcool/violência doméstica, possuem grandes desafios a serem vencidos. Focar cada uma dessas áreas será de grande ajuda. Por exemplo, educação e trabalho são alavancas para o desenvolvimento familiar e um grande motivo para não se regressar aos contextos de favela.



A saúde, considerada pela maioria dos entrevistados como algo deficiente no município, diz respeito ao valor à vida do cidadão e de sua família; consciência a ser desenvolvida principalmente pelo poder público em favor da população. O transporte, como as demais áreas, é um direito constitucional. O direito de ir e vir, tão essencial para a manutenção do trabalho, da educação, do lazer e da vida social. A segurança, também considerada como deficiente por parte de alguns dos entrevistados, possui a responsabilidade de proteger a família e garantir que os homens de bem, juntamente com seus filhos, possam levar a cabo seus sonhos de desenvolvimento social.

A elaboração de um bom orçamento doméstico, por sua vez, fará parte da prática das famílias que compreenderem sua importância, e aprenderem como fazer. Aprender a administrar os poucos recursos, as conduzirá a novos patamares e novas conquistas. A boa convivência familiar terá o papel importante de permitir que o ambiente dentro do lar seja agradável e harmonioso. Alguns jovens casam antes do tempo ou simplesmente saem de casa para fugir da família original, em decorrência de violência doméstica, rupturas no relacionamento ou outros fatores. Aprender a conviver em família lança sólidos fundamentos para as novas gerações de matrimônios. Os filhos que assimilam bons modelos dos pais possuem melhores condições de desenvolverem suas próprias famílias.

Quanto à ameaça das drogas/álcool/violência doméstica, considerado por parte dos entrevistados como algo não definitivamente resolvido, mesmo na mudança de contextos sociais, aparentemente, parece ser o maior de todos os desafios. É o mal de todas as classes, atingindo tanto ao pobre quanto ao rico. Nos processos de desfavelamento, esse desafio precisa ser levado em consideração com muito zelo, permitindo meios por onde as ervas daninhas sejam arrancadas pela raiz e os vínculos com as fontes geradoras do mal sejam cortados sem nenhuma chance de reconexão.

Acerca das políticas públicas, embora os poderes executivo e legislativo tenham opiniões, prioridades, ênfases, ações e entendimentos diferenciados em alguns aspectos, pelo menos a maioria possui a percepção da grande necessidade de se promover políticas que atendam ao pobre em suas necessidades. Na prática,

porém, os interesses econômicos de um município aliado à falta de visão, interesse, vontade ou compaixão por parte de suas autoridades, podem relegar o pobre ao último lugar na escala de prioridade, se não houver participação ativa da sociedade cobrando e supervisionando os caminhos do poder público.

Este trabalho se ateve a provar a necessidade de se promover alguns programas, dando ensejo a novas pesquisas para se avaliar a eficácia dos programas vigentes.

Acredita-se que o modelo de programa adotado pela Secretaria da Educação em parceria com a Secretaria Municipal de Ação Social e Habitação, com os eixos da convivência, orçamento familiar, administração de condomínios, meio ambiente, educação sanitária, educação patrimonial, convivência familiar, geração de renda e capacitação profissional, aplicados dentro do processo de 9 meses de acompanhamento, e, para além disso, através de uma supervisão contínua com novas estratégias de avaliação e correção de rumos quando necessários, constitui-se numa proposta satisfatória. Atende tanto às comunidades que migram das favelas para outros contextos, quanto às motivações geradoras desta pesquisa.

## REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Rosane D`. Brasil tem 11,4 milhões morando em favelas e ocupações, diz IBGE. Reportagem: **G1.com** - São Paulo, 2011. Disponível em <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/12/brasil-tem-114-milhoes-morando-em-favelas-e-ocupacoes-diz-ibge.html>> Acessado em 25 Abr. 2012

ARAÚJO, J.R.B; Cleto, F.R.; Neto, J.Y. ; Ribeiro, F.A. **Intervenção em cortiços**. São Paulo, 2003. 47 p. Disponível em <<http://pcc5840.pcc.usp.br/Interven%C3%A7%C3%A3o%20em%20Corti%C3%A7os.pdf>> Acessado em 28 Mai. 2013

BORTOLOZZI, Flávio; BERTONCELLO, Ludhiana. **Metodologia de Pesquisa**. CESUMAR, págs. 51 e 55, 2012

CAMPOS, Carlos Eduardo Aguilera e GARCIA, Joana. **Contribuições para a supervisão dos programas sociais com foco na família**. Artigo. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-49802007000100011](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000100011)> Acessado em 27 Mai. 2013

FERNANDES, Maria Esther; VALENCIANO, Maria Cristina M.; CAMPOS, Mariza Salomão Vinco de O.; ADAS, Sérgio. **A cidade e seus limites**: As contradições do urbano na “Califórnia Brasileira”. São Paulo: Annablume; Fapesp; Ribeirão Preto: Unaerp, 2004. Disponível em: <[http://books.google.com.br/books?id=esYJL1EhDUUC&pg=PA168&dq=desfavelamento&hl=pt-BR&ei=AZiRT4WvKOT26AG7gNmNBA&sa=X&oi=book\\_result&ct=book-thumbnail&resnum=2&ved=0CDsQ6wEwATgK#v=onepage&q=desfavelamento&f=false](http://books.google.com.br/books?id=esYJL1EhDUUC&pg=PA168&dq=desfavelamento&hl=pt-BR&ei=AZiRT4WvKOT26AG7gNmNBA&sa=X&oi=book_result&ct=book-thumbnail&resnum=2&ved=0CDsQ6wEwATgK#v=onepage&q=desfavelamento&f=false)> Acessado em: 25 Abr. 2012

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL. **Lei nº 7188**. Disponível em <<http://leismunicipais.com.br/a/sp/r/ribeirao-preto/lei-ordinaria/1995/718/7188/lei-ordinaria-n-7188-1995-institui-o-programa-de-garantia-de-renda-familiar-minima-para-familias-com-filhos-em-situacao-de-risco-2005-02-04.html?wordkeytxt=7188>> Acessado em 03 Jun. 2013

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL. **Lei nº 9864**. Disponível em <<http://leismunicipais.com.br/a/sp/r/ribeirao-preto/lei-ordinaria/2003/986/9864/lei-ordinaria-n-9864-2003-autoriza-credito-suplementar-a-sociedade-amiga-dos-pobres-visando-o-atendimento-dos-programas-assistenciais-executados-em-parceria-com-a-secretaria-municipal-da-cidadania-e-desenvolvimento-social-2003-08-29.html?wordkeytxt=9864>> Acessado em 03 Jun. 2013

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL. **Lei nº 9940**. Disponível em <<http://www.leismunicipais.com.br/a/sp/r/ribeirao-preto/lei-ordinaria/2003/994/9940/lei-ordinaria-n-9940-2003-autoriza-a-prefeitura-municipal-de-ribeirao-preto-a-receber-repasse-financeiro-da-uniao-por-intermedio-da-secretaria-de-planejamento-estrategico-e-de-apoio-a-gestao-do-fundo-de-combate-e-erradicacao-da-pobreza-objetivando-a-instalacao-do-banco-de-alimentos-e-colheita-urbana-de-ribeirao-preto-para-aquisicao-de-equipamentos-e-materiais-de-consumo-2003-11-10.html>> Acesso em 27 Abr. 2013

MATTOS, Romulo Costa. **Aldeia do mal**: o Morro da Favela e a construção social das favelas durante a Primeira República. Dissertação. Universidade Federal Fluminense (UFF), 2004. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/aldeias-do-mal>> Acessado em 25 Abr. 2012

PLHIS – **Plano de Habitação de Interesse Social de Ribeirão Preto**. Disponível em <[http://www.habitacao.sp.gov.br/secretariahabitacao/downloads/pehsp/5\\_encontro\\_regional\\_ribeirao\\_preto\\_out10\\_19\\_2010/municipios\\_expositores/out19\\_2010\\_plhis\\_ribeirao\\_preto.pdf](http://www.habitacao.sp.gov.br/secretariahabitacao/downloads/pehsp/5_encontro_regional_ribeirao_preto_out10_19_2010/municipios_expositores/out19_2010_plhis_ribeirao_preto.pdf)> Acessado em 27 Mai. 2013

SEADE – **Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados**. Disponível em <<http://www.seade.gov.br/produtos/ivj/>> Acessado em 28 Mai. 2013

**SECRETARIA DO EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO**. Disponível em <http://www.meuprimeirotrabalho.sp.gov.br/conhecaoprograma.htm> Acessado em 28 Mai. 2013